



## **EDUCAÇÃO E HISTÓRIA DE LUTA CAMPONESA NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DO BREJO PARAIBANO**

LINS, Lucicléa Teixeira

*Universidade Federal da Paraíba -UFPB. luciclealins@yahoo.com.br*

O artigo tem sua centralidade na discussão teórica acerca da categoria Memória articulada aos processos de luta de assentados(as). O mesmo é um desdobramento de um projeto de extensão que tem como proposta fazer o levantamento e registro da história de luta dos assentamentos rurais existentes no Brejo Paraibano. Esta intencionalidade se justifica pelo fato da ausência de registros da história de luta da população desses assentamentos, ausência que poderá implicar na perda da memória de suas lutas e, conseqüentemente o não conhecimento das mesmas, pelas gerações do presente e futuras. As ações para tal realização têm ocorrido de acordo com a metodologia da história oral, entrevistando os sujeitos que fizeram parte da luta e conquista dos assentamentos. Foram visitados sete assentamentos e, no caso específico dos assentamentos localizado no município de Bananeiras, onde realizamos entrevistas com moradores das respectivas localidades, obtivemos informações acerca da origem do assentamento, constituindo-se nos processos de luta como de resistência. Pretende-se, com os resultados, promover ações educativas para a preservação da memória, esse tem sido nossa preocupação central, para tanto temos trabalhado no levantamento, registro e sistematização da história de luta dos assentamentos rurais existentes no Brejo Paraibano, a fim de garantir a preservação dos vínculos afetivos e de identidade dos sujeitos ali residentes.

Palavras-Chave: Memória, preservação, assentamentos, história de lutas.

### **1 Introdução**

A preocupação com o levantamento e registro da história de luta nos assentamentos rurais existentes no Brejo Paraibano, reside na ausência de suas histórias em muitas dessas áreas. A reconstrução dessas trajetórias históricas – mediada através da memória dos próprios assentados – objetiva contribuir para a preservação das lembranças, memórias, vínculos afetivos e histórias, evitando assim seu esquecimento.

Contribuindo também para que os assentados e seus filhos, estudantes, pesquisadores, professores e a população em geral, possam conhecer a história de luta desses sujeitos coletivos, suas estratégias e práticas, no que vem configurando uma cultura identitária específica dos povos do campo. Nesse sentido é que nos propomos a contribuir para o levantamento e registro da memória e história de luta dos assentamentos rurais existentes no Brejo Paraibano.

## 2 Fundamentação Teórica a partir dos recursos da História Oral

Reconstruir a história de luta dos assentamentos é se deparar com várias questões, como; a ausência e precariedade de registros históricos; a articulação dos diversos tipos de fontes, e o princípio ético do respeito à fala e ao discurso dos ouvintes. Estas questões caracterizam a importância do trabalho proposto. Desse modo há possibilidade de compreensão da História, da Educação e da Cultura, na medida em que elas se relacionam com a memória individual e coletiva dos sujeitos, estabelecendo elos entre a história de luta, regional e nacional, e a memória dos sujeitos envolvidos.

O aporte teórico para este trabalho se fundamenta na História Oral. A opção pelo seu uso se ergue nos trabalhos dos clássicos que a consolidaram, como: (THOMPSON, 1998; BOM MEIHY, 1996a; ALBERTI, 2004; MONTENEGRO, 1994). Bom Meihy (1996a, p. 11) relata que a história oral tem unido pessoas e instituições que estão preocupadas com três aspectos importantes e que coincidem com nossas preocupações:

1) o registro, o arquivamento e a análise da documentação colhida por meio do recolhimento e trabalho de edição de depoimentos e testemunhos feitos com recursos da moderna tecnologia; 2) A inclusão de histórias e versões mantidas por seguimentos populacionais antes silenciados, evitados, esquecidos ou simplesmente desprezado por diversos motivos; 3) as interpretações próprias, variadas e não oficiais, de acontecimentos que se manifestam na sociedade contemporânea.

A preocupação com a produção historiográfica, com o uso da História Oral como ferramentas dessa metodologia nos permitirão: primeiramente, entender as necessidades dos indivíduos, homens e mulheres (não como meros objetos de pesquisa), de carne e osso, cheios de vida, implicados na problemática das lutas pela terra, tema em questão; E, acima de tudo, oportunizar a interlocução daqueles que foram amordaçados pelo tempo e por uma sociedade pautada no conservadorismo, no modelo fruto do coronelismo, clientelismo, circunscrito nalgumas ações e em práticas que são resquício, ainda, do distante medievo feudal.

Para tanto, consideramos as palavras de Jacques Le Goff (2003):



A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. Logo, com palavras. Signos. Paisagens e telhas. Com as formas do Campo e das ervas daninhas. Com os eclipses da lua e atrelagem dos cavalos de tiro. Com os exames de pedras feitos pelos geólogos e com as análises de metais feitas pelos químicos. Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem.

Toda uma parte, e sem dúvida a mais apaixonante do nosso trabalho de historiadores, não consistirá num esforço constante para fazer falar as coisas mudas, para fazê-las dizer o que por si próprias não dizem sobre os homens, sobre as sociedades que as produziram, e para constituir, finalmente, entre elas, aquela vasta rede de solidariedade e de entreaduda que supre a ausência do documento escrito? (FEBVRE apud LE GOFF, 2003, p. 530).

Essa possibilidade de metodologia em História dialoga com outros veios como a (1) História Local, a (2) Micro História, a (3) História do Tempo Presente e a (4) História do Cotidiano. No primeiro caso porque leva em consideração uma pequena localidade territorial e isto, em hipótese alguma quer dizer que esteja separado do geral, ao contrário, firma-se nas relações diversas entre um polo e outro, em que se concretiza; no segundo, porque estabelece um vínculo forte com os pequenos detalhes das ações dos sujeitos na sua vivência e não como queria a história tradicional, centrar-se nos grandes fatos, acontecimentos que determinariam os rumos da humanidade, são as pequenas ações que movem outras consideradas pelo conservadorismo como determinantes do movimento histórico; e terceiro, porque o tempo que estamos retratando é de uma grande proximidade do momento em que vivemos, chega a ser o que aconteceu ontem na sala de aula, na hora do almoço, antes da entrevista, mesmo sendo passado, de uma proximidade extensiva ao momento presente; no quarto, pois são as micro ações que se desenrolam no dia a dia dos sujeitos ativos e que, senão coletadas, estarão condenadas ao esquecimento, pois muitos atos repetitivos do cotidiano se perdem porque os envolvidos viciam seu olhar na reprodução de suas atividades diárias.

Mesmo na atualidade, após longo percurso de uma metodologia inicialmente marginalizada, seguiremos a linha de pensamento que é comum àqueles que trabalham com o domínio cultural, com a oralidade e História Oral. Como caracteriza Bom Meihy (1996), A história oral é um recurso moderno usado para elaboração de documentos, arquivamento e estudos referentes à vida social de pessoas. Ela é sempre uma história do *tempo presente* e também conhecida como *história viva*. Como história dos contemporâneos, a história oral tem



de responder a um sentido de utilidade prática e mediata. Isso não quer dizer que ela se esgote no momento da apreensão e da eventual análise das entrevistas. Mantém um compromisso de registro permanente que se projeta para o futuro sugerindo que outros possam vir a usá-la. E salientamos a possibilidade de ainda serem usadas como fontes por eventuais futuros pesquisadores.

Como aponta o autor acima, a metodologia como um recurso moderno, mas no sentido em que compreendemos na atualidade, principalmente naquilo que veio se consubstanciar durante o pós-guerra, principalmente depois da II Guerra mundial, quando as vozes e lembranças dos participantes do grande massacre, através da manifestação oral, passaram a fazer seus depoimentos: soldados contavam seus dias nas trincheiras, judeus falavam da miserável situação a que foram levados e, esses e outros, encontraram psicólogos, historiadores, antropólogos, sociólogos, ávidos por compreender através daquelas narrativas, prováveis respostas para o terrível acontecimento, para as condições de *selvageria* que ainda faziam parte da vida humana em pleno século XX. Esses relatos ainda se constituem em verdadeiras fontes na atualidade, mesmo após terem sido estudados por vários pesquisadores.

Ainda para Bom Meihy ao se reportar à *história do tempo presente e história viva* reforça o que foi explicado anteriormente ao nos referirmos às várias vertentes de se fazer história, na atualidade. Quando se refere a sua utilidade prática e imediata, levando-se em consideração que ela não se esgota ali na interpretação das narrativas, permanecendo como registro para possíveis estudos futuros, fortalece a nossa compreensão de processo, de dinâmica e de que esta pesquisa só tem sentido quando retornar aos seus sujeitos que responderam aos questionários e fizeram parte das entrevistas. Que nessa continuidade de diálogo, novos diálogos se efetivarão. Dessa forma, entramos no aspecto social da História. Paul Thompson (1998, p. 20) diz:

Toda história depende, basicamente, de sua finalidade social. [...] Por vezes, a finalidade social da história é obscura. Há acadêmicos que continuam fazendo pesquisa factual sobre problemas remotos, evitando qualquer envolvimento com interpretações mais amplas ou com questões contemporâneas, insistindo apenas na busca do conhecimento pelo conhecimento.

Antes, etnógrafos, antropólogos, historiadores, estavam apenas munidos de bico de penas e blocos de anotações. Acontece que os recursos passaram pelo desenvolvimento tecnológico proporcionado pelo longo processo da Revolução Industrial. Aperfeiçoamentos e



avanços que haveriam de abrir novos caminhos facilitadores para pesquisa, como diz Bom Meihy (1996, p.14):

A obrigatoriedade da participação da eletrônica na história oral determina uma alteração nos antigos procedimentos de captação de depoimentos antes feitos na base de anotações ou memorização. Esta é, aliás, uma das marcas da história oral como um procedimento novo.

Atualmente com um notebook que grava o diálogo entre entrevistador e entrevistado, ainda servindo de meio de anotações, facilita-se o trabalho do pesquisador. A ciência não precisa se isentar do avanço técnico, como acontece quando historiadores fazem suas pesquisas em documentos microfilmados, como tem ocorrido em grande frequência, como foi o caso da disponibilidade, por meio da internet dos manuscritos do Mar Morto, antes espalhados pelo mundo, havendo o pesquisador, fosse historiador, teólogo, antropólogo, que fazer inúmeras viagens para ter acesso. Agora estão abertos ao público. Isso se dá também, num *simples* brinquedo de computador que recria em 3D o Panteão ou o Coliseu romano. O uso de recursos tecnológicos de ponta possibilita irmos muito além, mas sempre dependerão de perspicácia do pesquisador, entendimento de como manejar os recursos e como interpretar as informações recebidas pelos narradores.

Por intermédio da história oral os silenciados, os movimentos de minorias culturais, movimentos sociais, no caso em estudo, a memória de luta, afastadas dos grandes centros, ganham voz e emergem como sujeitos ativos dos processos de aprendizagens que fazem parte. Segundo Bom Meihy (1996, p.15):

História oral é um conjunto de procedimentos que se iniciam com a elaboração de um projeto e continuam com a definição de um grupo de pessoas (ou colônia) a serem entrevistados, com o planejamento da condução das gravações, com a transcrição, com a conferência do depoimento, com a autorização para o uso, arquivamento e, sempre que possível, com a publicação dos resultados que devem, em primeiro lugar, voltar ao grupo que gerou as entrevistas.

Vemos aí um procedimento circular que partindo de um projeto premeditado chega aos agentes e retorna aos mesmos, dialogicamente. Este caminho de pesquisa se preocupa com a humanização do processo de pesquisa, das percepções que levamos das entrevistas, pois essas pessoas têm sido submetidas, geralmente pelas instituições oficiais ditas superiores ou vista apenas pelo ângulo macro, como acontece com a própria relação dicotômica entre campo e



cidade, em que o campo se transforma em rural, submetido aos interesses urbanos. A história tradicional tem um veio elitista e costuma valorizar o processo de industrialização, solapando as questões camponesas. Ranço dos descasos do neocolonialismo e do imperialismo, justificados pelo positivismo e pela lógica cartesiana que limitou a ciência a ela própria.

### **3 Caminho metodológico e achados empíricos**

A elaboração deste artigo é decorrente do desenvolvimento do projeto de extensão: Educação, memória e narrativas da luta camponesa no brejo paraibano, que suscita questões teóricas de relevância aos problemas enfrentados pelos camponeses, na esfera local, e nas questões cotidianas e de militância, também, na articulação, participação e mobilização de entidades sociopolíticas, a exemplo das associações e conselhos, nas esferas de decisão político-administrativa.

A proposta além de buscar a preservação e reconstrução da memória dos assentados, tem como singularidade apresentar a extensão como campo de pesquisa e de produção de metodologias de ensino, a partir do incremento de um processo sinérgico das esferas da extensão, pesquisa e ensino na Universidade, enquanto inserção no cotidiano social, numa proposição de superação da tradicional fragmentação do conhecimento.

Dessa forma, articula a troca de saberes entre conhecimento popular e científico, contribuindo por sua vez, para a formação e atuação prática de alunos na sua futura atuação profissional. Nisto cumpre o que é por definição é indissociável, ou seja, a integração entre ensino, pesquisa e extensão.

Utiliza-se da técnica de imersão que permita problematizar as questões pertinentes às demandas dos atores e das comunidades, integrando-os nas ações e, por conseguinte em seus processos formativos. O caminho metodológico da imersão possibilita compor os grupos de pessoas-informantes, a partir das indicações e voluntariedade da comunidade e que participarão das entrevistas.

Os procedimentos metodológicos utilizados incluem: contatos iniciais, conversas informais, diálogos constantes, entrevistas e observações. Práticas que são postas com vistas a possibilitar a maior aproximação possível dos dados fatuais que desejamos obter e analisar. As visitas estão programadas em cada assentamento, de modo a esclarecer aos sujeitos



participantes da ação de todas as informações e técnicas das quais participarão.

Essa postura *do ouvir* ganha tamanha importância que Alessandro Portelli (1997) a considera como um dos procedimentos, entre outros, que estão relacionados com a ética profissional daquele que trabalha com a História Oral:

O respeito pelo valor e pela importância de cada indivíduo é portanto, uma das primeiras lições de ética sobre a experiência com o trabalho de campo com a História Oral. [...] Nossa arte de ouvir, baseia-se na consciência de que praticamente todas as pessoas com quem conversamos enriquecem nossa experiência. Cada um dos meus entrevistados [...] representou uma surpresa e uma experiência de aprendizado. (1997, p.17)

Os entrevistados são pessoas que vivem ou estão ligadas às atividades dos assentamentos, portanto merecem todo respeito pelo valor e pela importância de suas contribuições no processo. Cada indivíduo é um elemento chave para enriquecer o conhecimento, pois traz em sua subjetividade sua carga de experiência e expressividade.

Institucionalmente, as ações propostas agregam e mobilizam diferentes segmentos da universidade como professores/pesquisadores e alunos. A partir da inserção destes atores, efetivamente se busca nas ações, consolidar a relação teoria e prática, na tão almejada práxis, gerando processos de investigação em diversos campos da esfera social, através de pesquisas e produção de conhecimentos acadêmico e científico na interação com o conhecimento popular.

Tem ocorrido frequentemente o interesse, principalmente de alunos(as), em participar do projeto, vislumbrando aprendizado teórico e prático sobre os temas, luta camponesa, memória e história oral, e, contribuindo também, respectivamente, com o conhecimento de suas áreas.

Dos dados que conseguimos levantar no mapeamento dos assentamentos, obtivemos as seguintes relações provenientes de informações fornecidas pela Emater (2013) de Bananeiras e Solânea, respectivamente.

Assentamentos assistidos pelo escritório da Emater –Solânea: 1. Mariana, 2. São João, 3. Nossa senhora aparecida, 4. Varjota, 5. Cacimba da Varzea, 6. Novo Horizonte, 7. Fazenda Salgado, 8. Salgado Catitas, 9. Boa Vista, 10. São Sebastião, 11. Umburana. Total aproximado de 185 famílias assentadas.



Assentamentos assistidos pelo escritório da Emater – Bananeiras: 1. Canabrava, 2. Cumati, 3. Cumati, 4. Baixa Verde, 5. Goianduba, 6. Baixa do mel, 7. Mata Fresca, 8. N. S. do Livramento, 9. N.S. das graças, 10. N. S. do Perpétuo Socorro, 11. N.S. de Fátima, 12. São Domingos, 13. Santa Vitória, 14. Boa Vitória. Média de 400 famílias em todos os assentamentos.

Os assentamentos rurais são espaços organizativos de luta, de sociabilidade e de projetos de vida com dignidade, em que a conquista da terra representa justiça social e acesso a direitos elementares como o trabalho. Para Bergamasco e Norder (1996, p.8 e 9), os assentamentos rurais podem ser classificados da seguinte forma:

Projetos de colonização, formulados durante o regime militar, a partir dos anos 70, visando a ocupação de áreas devolutas e a expansão de fronteiras; reassentamentos de populações atingidas por barragens de usinas hidrelétricas; planos estaduais de valorização de terras públicas e de regularização processória; programas de reforma agrária, via desapropriação por interesse social, com base no Estatuto da Terra (de 1964), parcialmente implementado a partir de 1986 sob a égide do Plano Nacional de Reforma Agrária, iniciado no Governo Sarney e a criação de reservas extrativistas para seringueiros da região amazônica e outras atividades relacionadas ao aproveitamento de recursos naturais renováveis.

Os projetos de desapropriação de áreas de terras para fim de assentamentos foram pautas de vários governos, sobretudo a partir dos anos de 1980, na pós-redemocratização do país. No entanto há, ainda, muitas famílias a serem assistidas e assentadas pela política de reforma agrária. Quanto aos projetos de assentamentos, há particularidades e, no caso brasileiro, existe uma diferença na origem e em sua estruturação. Segundo Silva (2003, p.92), são duas as formas de assentamentos rurais no Brasil:

Aquela que se caracteriza como *resistência*, na qual os camponeses resistem à expulsão da terra onde moram e trabalham, especialmente os que vivem na condição de morador, como também por *ocupação* numa determinada propriedade rural para conseguirem a terra. Nesse sentido ocorrem duas estratégias na luta pela conquista da terra, que resultam em dois tipos de assentamentos: de resistência e ocupação. No segundo caso, a população oriunda de várias localidades rurais e urbanas é readaptada a um “novo espaço de vida e trabalho”, enquanto no primeiro, com relação aos camponeses que residiam há mais de décadas na propriedade, a transformação se dá no tocante à divisão da terra com a posse, como também nas relações de trabalho e vida.





No caso específico dos assentamentos <sup>1</sup>localizado no município de Bananeiras, onde realizamos entrevistas com moradores das respectivas localidades, obtivemos informação acerca da origem do assentamento, constituindo-se nos processos de luta como de resistência.

A fazenda que originou o assentamento Nossa Senhora do Perpetuo Socorro, por exemplo, segundo as informações de um dos moradores, comportava cerca de 2.000 cabeças de gado em 3.600 hectares de terras. A mesma passou a ter auxílio do INCRA em meados de 1993, sendo oferecida para venda pelo próprio dono a fins de reforma agrária, pois se fosse vendida para pessoas físicas cada morador teria que ser indenizado.

Por volta do ano de 1998 começou a desapropriação, que teve auxílio da CPT e a fazenda foi dividida em três assentamentos (N. Sra. do Livramento, N. Sra. do Perpétuo Socorro e N. Sra. das Graças), onde residia em média trezentas pessoas. Com a divisão, o assentamento N. S. do Perpetuo Socorro acomodou cinquenta e quatro famílias. Os moradores da localidade passaram a possuir uma parte da terra que chegava até vinte e três hectares por família. Com a criação dos assentamentos foi fundada uma associação para ajudar no processo organizativo do mesmo.

Com o passar do tempo, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Raposa foi fundada na localidade no ano de 2002, a fim de fornecer educação às crianças que ali residem. Durante a visita a escola, em 2016, a escola possuía duas professoras e uma diretora, No início deste ano, 2017, a escola foi fechada. Quanto à estrutura do assentamento, existe criação de gado que segundo moradores, têm assistência de técnicos da UFPB, Campus III. Existiam também tanques onde se criavam peixes para o comércio de uma empresa, contudo esta experiência não logrou muito êxito.

Ainda segundo relatos do entrevistado, no ano de 2014 não se plantou nada devido à escassez de chuva. Porém a produção volta-se ao plantio de feijão e milho, além da criação de galinhas. Observamos na visita ao assentamento que há ainda um curral da época da antiga fazenda e uma casa sede que fica em um lugar alto, o que possibilitava uma visão ampla do lugar. Todas as cinquenta e quatro famílias permanecem ainda no local.

#### **4 Considerações**

---

<sup>1</sup> Visitamos os assentamentos: N. Sra. do Perpetuo Socorro, N. Sra. do Livramento, N. Sra. das Graças, São Domingos, Boa Vitória, Santa Vitória e Goianduba.



A compreensão do passado, nos dias atuais, e antes mesmo do século XXI, no século passado, recebeu um alargamento de possibilidades de forma de ser pesquisado. Condições tecnológicas modernas, bem como novos questionamentos, pressupondo as necessidades do presente e sobre o vir a ser, não poderiam deixar estanque a compreensão do historiador e demais pesquisadores. Antes se falava classicamente em ciências auxiliares da História, erguidas sobre a hierarquia rígida. Atualmente abriu-se o debate acirrado sobre o diálogo entre as diversas áreas de conhecimento, como possuidoras de autonomia, mas ao mesmo tempo complementares.

Por outro lado, os movimentos sociais que tomavam um lugar estático no passado, derrotado pelas forças primeiramente da coroa portuguesa, depois dos reinóis e, para além, os governantes republicanos, passaram a ser contemplados numa teia de relações que possibilitou ver a participação marginal como uma forma de conquista de novos direitos e capacidade de por em prática o que se estava garantido constitucionalmente, mas ficava como letra morta no papel.

Nesse sentido, como em cada canto do extenso Brasil, o povo nunca se calou aos desmandos das elites, continua sua luta em prol de melhorias e o que ocorre nesses assentamentos de Bananeiras e Solânea, na Paraíba, são sequelas de um passado que não pode ser esquecido, cabendo aos envolvidos ser uma espécie de “lembrete”, de testemunho, de autoridade, em não se fazer esquecer os processos que formam identidades diversificadas e contribuem para se repensar condições da antiga tradição arraigada à terra como patrimônio de uns poucos, às relações de trabalho como serviços, à política clientelista como única via e o controle das massas como solução para salvar o país dos problemas antagônicos tatuados historicamente.

Assim, até o momento os resultados mais efetivos que conseguimos atingir para o levantamento e registro da memória de luta dos assentamentos rurais existentes no Brejo Paraibano, foi mapearmos os assentamentos existentes nos municípios de Bananeiras e Solânea, o que significa que o primeiro objetivo específico proposto deste projeto foi alcançado.

Um segundo alcance tem sido a imersão na história desses assentamentos, como o ocorrido no assentamento Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Sistematizando sua história de luta, existente na memória de seus moradores.



Além desses resultados, outro, tem sido as aprendizagens decorrentes dos estudos e discussões do grupo de estudo do projeto. Os encontros do grupo para compreender a metodologia do projeto e de seu aporte teórico, a partir das discussões acerca da memória, tradição e história oral, tem dado subsídios para a articulação com o ensino, já a pesquisa tem sido integralizadora com os novos elementos que tem sido trazidos para o projeto a partir do trabalho de campo, como o mapeamento dos assentamentos que foi realizado e as entrevistas realizadas.

Continuar pesquisando as lutas do nosso povo é uma forma de reverter o projeto torto de cidadania que se forjou com a criação dos Estados Nacionais Modernos. Dessa maneira, compreender o que se encontra configurado em Bananeiras e Solânea, consubstancia-se em mais um desvelamento, aproximando-nos a mais um passo da verdade sonhada.

### **Referências Bibliográficas**

ALBERTI, V. **Manual de história oral**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

BERGAMASCO, Sônia M; NORDER, Luiz A. Cabello. **O que são os assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BOM MEIHY, José Carlos S. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 1996.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v.5, n.10, p. 200–212, 1992.

CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2006.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela história**. 3. ed. Lisboa: Presença, 1989.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1994.

\_\_\_\_\_. **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

MAIA, Felícia Assmar. **Direito à memória: o patrimônio histórico, artístico e cultural e o poder econômico**. Movendo Idéias, Belém, v8, n.13, p.39-42, jun 2003.

SILVA, Severino Bezerra da. **Assentamentos Rurais: Territórios de Conflito e**



**COPRECIS**  
CONGRESSO NACIONAL DE  
PRÁTICAS EDUCATIVAS

**Sociabilidade Camponesa.** 2003. Tese (Doutorado em Educação), PUC, São Paulo.

\_\_\_\_\_. Utopia, sociedade e movimentos sociais. **Revista Conceitos.** João Pessoa. Associação dos docentes da UFPB, v.5, n.7, p.52-62, Jan./Jun. 2002.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum:** estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

YUNES, Eliana. Memória, identidade e humanidades. In.: PINTO, Selma de Oliveira Bastos (Org.). **Educação patrimonial:** memória e identidade da cidade de Goiás - patrimônio pra que te quero! Goiana: Superintendência do Iphan, 2010.

(83) 3322.3222

contato@coprecis.com.br

**www.coprecis.com.br**